



SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

Processo nº 00200.003000/2025-71

Assunto: Nova Contratação. Pregão eletrônico para Registro de Preços. Aquisição de munições de uso operacional e de treinamento para a Secretaria de Polícia do Senado Federal.
Valor máximo estimado: R\$ 585.020,00.
Autorizações e aprovações de competência da Diretoria-Geral.

Senhora Diretora-Geral,

Trata o presente processo de proposta de realização de PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, para REGISTRO DE PREÇOS, pelo critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM, destinado à aquisição de munições de uso operacional e de treinamento para a Secretaria de Polícia do Senado Federal, ao custo estimado de **R\$ 585.020,00** (quinhentos e oitenta e cinco mil e vinte reais), consoante especificações contidas na minuta de edital (documento nº 00100.088830/2025-99).

A Secretaria de Polícia do Senado Federal - SPOL, justificou a contratação, por meio do Termo de Referência (documento nº 00100.086677/2025-65), conforme transcrição a seguir:

[...]

1.2. Justificativa para a contratação**1.2.1. Descrição da situação atual**

1.2.1.1. A recente aquisição de carabinas calibre 5,56 para a Polícia Legislativa do Senado (CT 2024/170) é uma medida essencial para enfrentar ameaças de maior complexidade e promover a segurança do Senado Federal, de suas instalações e autoridades. No entanto, a implementação desse novo armamento pressupõe a aquisição de munições, tanto para uso operacional, quanto para utilização em cursos de capacitação e treinamento especializado dos operadores.

1.2.1.2. Além disso, o treinamento continuado de todos os policiais para o uso de pistola é uma exigência da Ordem de Serviço nº 40/2022 (SPOL), assim como o curso obrigatório de formação policial, oferecido aos novos servidores do quadro da Polícia Legislativa. Considerando, portanto, os cursos de reciclagem para os próximos anos e a possível nomeação de novos policiais até o término da validade do último concurso, também é necessário providenciar munições deste calibre.





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

1.2.1.3. Por fim, também deve ser considerada a necessidade de substituição anual das munições de pistolas para uso operacional, a fim de garantir que o policial esteja utilizando munições plenamente funcionais.

[...]

Por meio do Ofício nº 381/2025-COATC/SADCON (documento nº 00100.088850/2025-60), a COATC/SADCON demonstrou a regularidade da instrução, com destaque para a seguintes informações/documentos carreados aos autos:

Para a finalidade, a Secretaria de Polícia do Senado Federal elaborou o Estudo Técnico Preliminar de NUP 00100.025998/2025-93, bem como o Termo de Referência de NUP 00100.054729/2025-34, que, após alterações, foi consolidado com todas as informações necessárias à contratação no documento nº 00100.086677/2025-65, os quais, se entendidos viáveis, deverão ser aprovados pela Diretora-Geral, consoante art. 9º, inciso IV do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Conforme se verifica no item 1.2.2 do Termo de Referência, o órgão técnico demonstrou que os quantitativos a serem contratados foram baseados em dados históricos de consumo. Estima-se a necessidade de aquisição de 35.000 munições calibre .40 para fins de treinamento continuado, formação de novos instrutores e demais atividades formativas previstas para o ano de 2025. Para uso operacional do mesmo calibre, após o abatimento do estoque existente, prevê-se a aquisição de 9.000 unidades. Quanto às munições calibre 5,56, o quantitativo estimado é de 20.000 unidades para treinamento e formação de instrutores, e 2.000 unidades para uso operacional, totalizando, portanto, 66.000 munições a serem adquiridas, considerando os arredondamentos conforme a prática de comercialização por lotes.

A pesquisa de preços que estimou a contratação foi consolidada na Planilha de Estimativas de Despesas sob o documento nº 00100.058097/2025-88, projetando-se o custo geral estimado de **R\$ 585.020,00**.

A COCVAP ratificou a pesquisa de preços, conforme documento 00100.060037/2025-25, cuja validade é até 01/10/2025.

A primeira versão da minuta de edital de Pregão Eletrônico, elaborada por esta COATC, foi acostada sob o nº 00100.065592/2025-43.

A COPEL procedeu a análise da minuta de edital, por meio do documento nº 00100.074302/2025-52, e concluiu que a minuta encontrar-se-á regular e adequada para aprovações pela DGER após as alterações sugeridas.

Em resposta às recomendações da COPEL e às NOTAS da COATC, o órgão técnico se manifestou no documento nº 00100.078842/2025-13, tendo consignado alterações no novo Termo de Referência, NUP 00100.078831/2025-25.

Ato contínuo, a minuta de edital foi atualizada, NUP 00100.081617/2025-56, e submetida ao órgão jurídico.

A ADVOSF, por meio do Parecer nº 322/2025(NUP 00100.084972/2025-87) analisou os autos e concluiu que:





SENADO FEDERAL

Diretoria-Geral

“[...] Diante de todo o exposto, recomenda-se a inclusão de item na minuta de edital que exija consulta prévia ao CADIN para a celebração de contratos decorrentes da ata ora examinada, em sintonia com o disposto no § 4º do art. 91 da Lei nº 14.133/2021 e nos artigos 6º e 6º-A da Lei nº 10.522/2002”.

Os autos foram encaminhados ao órgão técnico para conhecimento e manifestação quanto às recomendações jurídicas, o qual se manifestou por meio do NUP 00100.086685/2025-10.

As recomendações postas pelo órgão jurídico foram acatadas e consolidadas na minuta de edital a ser aprovada pela autoridade competente.

Cabe ressaltar que o órgão jurídico fez a seguinte recomendação: “Em razão da vigência do Decreto nº 11.462/2023, será necessária a realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP). O art. 9º do referido decreto torna o IRP obrigatório, salvo justificativa específica.” Nesse sentido, destaca-se que o IRP está previsto no art. 86 da Lei nº 14.133/2021 e tem como objetivo viabilizar a participação de outros órgãos ou entidades na licitação. Entretanto, conforme informado no item 2.3.3 do Termo de Referência, o Senado Federal figura como único contratante, o que permite a dispensa do procedimento, nos termos do § 2º do art. 9º do Decreto nº 11.462/2023. Dessa forma, cabe à autoridade competente deliberar sobre a questão.

A versão consolidada da minuta de edital está consignada no NUP 00100.088830/2025-99 e, se entendida regular, deve ser aprovada pela autoridade competente.

[...])

Em seguida, em conformidade com o disposto na Política de Contratações do Senado Federal, Anexo V do RASF, aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14/2022, sugere-se acolher a manifestação técnica do Senhor Diretor da SADCON, que opinou pelo seguimento da licitação e, para tanto, recomendou: autorizar o certame; o estudo técnico preliminar, o termo de referência, e a minuta de edital; e, designar os gestores.

Em relação à recomendação jurídica relativa à dispensa justificada do procedimento de Intenção de Registro de Preço (IRP), essa temática está expressamente regulamentada no art. 43 do ADG nº 14/2022¹, que é compatível com a regulamentação do Executivo Federal no Decreto nº 11.462/2023. No caso, se o Senado Federal não tem

¹ Art. 43. Em caso de licitação eletrônica para registro de preços, quando houver, ao tempo da formulação demanda, conhecimento do interesse de outros órgãos públicos para a realização de compras compartilhadas, a Diretoria-Geral poderá determinar a realização do procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), devendo ser observados, nessa hipótese, os procedimentos operacionais do Sistema de Compras do Governo Federal.

Parágrafo único. Em caso de não incidência da hipótese de que trata o caput, a SADCON adotará as providências operacionais no Sistema de Compras do Governo Federal para a dispensa do procedimento de IRP, adotando como justificativa o disposto neste artigo. (ADG nº 14/2022)



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Geral

conhecimento do interesse de outros órgãos para uma compra compartilhada, sendo, portanto, o único órgão contratante, tipifica-se, assim, a hipótese de dispensa da IRP prevista no parágrafo 1º do art. 86 da Lei 14.133/2021.

À consideração de Vossa Senhoria.

Revisado por:

(assinado eletronicamente)

Guilherme Ferreira da Costa
Assessor Técnico

(assinado eletronicamente)

Tahmineh Maria Shokranian de Mello
Gestora do NASC/ATDGER



**SENADO FEDERAL**

Diretoria-Geral

De acordo. Acolho a informação técnica e, com fundamento no art. 9º, incisos IV, V, VII e IX, Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, passo a decidir:

1. **AUTORIZO** a realização do certame licitatório na modalidade **Pregão Eletrônico** para **Registro de Preços**;

2. **APROVO** o Estudo Técnico Preliminar (documento nº 00100.025998/2025-93); o Termo de Referência (documento nº 00100.086677/2025-65); e a minuta de edital (documento nº 00100.088830/2025-99), nos termos propostos;

3. **DISPENSO** o procedimento de Intenção de Registro de Preços (IRP), conforme art. 86, § 1º da Lei nº 14.133/2021 e do Art. 9º, §2º do Decreto nº 11.462/2023, considerando que o Senado Federal será o único contratante;

4. **DESIGNO** os gestores indicados na PDG.

Encaminhem-se os autos, sucessivamente, à **AADGER** e à **SADCON**, para as demais providências pertinentes.

Brasília, 20 de maio de 2025.

(assinado eletronicamente)

ILANA TROMBKA

Diretora-Geral





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

PORTARIA DA DIRETORIA-GERAL

Nº 2587 de 2025

A DIRETORA-GERAL DO SENADO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe foi conferida pelo art. 9º, inciso IX, do Anexo V do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2022, e tendo em vista o que consta do **Processo nº 00200.003000/2025-71**,

RESOLVE:

Art. 1º Designar o titular do **Serviço de Logística – SELOG** e o titular do **Serviço de Projetos Estratégicos - SEPROJE**, como gestores, titular e substituto, respectivamente, do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 2º Designar os servidores **Murilo César Coaracy Muniz Neto**, matrícula 270080 e **Aline Sayuri Moritsugu Martins**, matrícula 257166, respectivamente, como fiscais, titular e substituta, do(s) contrato(s) que se originar(em) do referido processo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 20 de maio de 2025.

(assinado eletronicamente)
ILANA TROMBKA
Diretora-Geral

